

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003783/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/12/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR077808/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46317.002109/2018-56
DATA DO PROTOCOLO: 26/12/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE VEICULOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS NO ESTADO DO PARANA - SINDECON, CNPJ n. 81.273.450/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DAVID RHODEN;

E

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU, CNPJ n. 01.819.587/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCOS DA SILVA RAMOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019 e a data-base da categoria em 01º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados nas Empresas Concessionárias de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas**, com abrangência territorial em **Assis Chateaubriand/PR, Capitão Leônidas Marques/PR, Cascavel/PR, Céu Azul/PR, Corbélia/PR, Foz Do Iguaçu/PR, Guaíra/PR, Guaraniaçu/PR, Marechal Cândido Rondon/PR, Matelândia/PR, Medianeira/PR, Missal/PR, Palotina/PR, Santa Helena/PR, Santa Terezinha De Itaipu/PR, São Miguel Do Iguaçu/PR, Terra Roxa/PR, Toledo/PR, Três Barras Do Paraná/PR e Vera Cruz Do Oeste/PR.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Assegura-se a partir de 01 de junho de 2018, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva, renumerados exclusivamente por salário fixo, o piso salarial mensal no valor de R\$ 1.452,00(mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais).

§ 1º. Aos empregados, aprendiz durante o período do contrato de experiência, limitado ao prazo máximo de 90 (noventa) dias, será garantido o piso salarial regional do paraná.

§ 2º. As diferenças salariais devidas a partir de 01.06.2018, inclusive de férias, correspondente adicional de 1/3, 13º salário e demais verbas de natureza salarial, devidas pela aplicação da presente convenção coletiva de trabalho, serão pagas, em uma única parcela, até o prazo

legal e/ou convencional para pagamento do salario de dezembro de 2018, ou seja, até o dia 7 (sete) de janeiro de 2019.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

O salário fixo ou a parte fixa dos salários dos integrantes da categoria, já corrigidos na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior e vigentes em 1º de junho de 2017, serão reajustados em 1º de junho de 2018, com a aplicação do percentual de 3,26%(três inteiros e vinte e seis centésimos por cento).

§ 1º - Aos empregados admitidos após 1º de Junho de 2017, será garantido o reajuste estabelecido nesta cláusula, proporcionalmente ao seu tempo de serviço, conforme tabela abaixo:

Mês Admis.	Total	Mês Admis.	Total	Mês Admis.	Total	Mês Admis.	Total
jun de 2017	3,26	set de 2017	3,05	dez de 2017	2,14	mar de 2018	1,09
jul de 2017	3,26	out de 2017	2,94	jan de 2018	1,75	abr de 2018	0,89
ago de 2017	3,14	nov de 2017	2,44	fev de 2018	1,39	mai de 2018	0,38

§ 2º - COMPENSAÇÕES: A correção salarial ora estabelecida compensa todos os aumentos, antecipações e reajustes salariais, abonos salariais ou não, de natureza espontânea ou compulsória concedidos pelo empregador, desde junho de 2017. Não serão compensados os aumentos salariais determinados por promoção, transferência de cargo, equiparação salarial por ordem judicial, término de aprendizagem ou implemento de idade (Instrução Normativa nº 4, do T.S.T., alínea XXI).

§ 3º - As condições de antecipação e reajuste dos salários aqui estabelecidos, englobam, atendem e extinguem todos os interesses de atualização salarial ocorrentes no mês de Junho de 2018.

§ 4º - As eventuais antecipações, reajustes ou abonos, espontâneos ou compulsórios que vierem a ser concedidos após Junho de 2018, serão compensados com eventuais reajustes determinados por leis futuras, por outras Convenções ou Aditivos firmados pelas partes.

§ 5º - As diferenças Salariais a partir de 1º de junho de 2018, inclusive de férias e correspondente adicional de 1/3, 13º salário e demais verbas de natureza salarial, devidas pela aplicação da presente convenção coletiva de trabalho, serão pagas até o prazo legal e/ou convencional para pagamento do salario de dezembro de 2018, ou seja, até o dia 7 (sete) de janeiro de 2019.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DOS SALARIOS

O salário dos empregados deverá ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

§ 1º - Os salários, líquidos e certos, não pagos até o 5º (quinto) dia útil posterior a seu vencimento, serão devidos com juros moratórios de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia.

§ 2º - As Empresas concederão aos empregados, até o dia 20 (vinte) de cada mês, adiantamento salarial de 45% (quarenta e cinco por cento) do respectivo salário nominal,

desde que o empregado tenha laborado durante a primeira quinzena do mês correspondente ao adiantamento salarial.

§ 3º - Nos comprovantes de pagamento - contracheques ou recibos - deverá constar a identificação do empregado e do empregador, o mês de referência, as importâncias pagas, os respectivos títulos, os descontos feitos, com a indicação de sua razão ou destino e os valores dos recolhimentos do INSS e FGTS; no caso do empregado comissionista deverá constar, ainda, o valor das vendas do mês sobre as quais foram calculadas as comissões.

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA SEXTA - COMMISSIONISTA

Aos empregados comissionistas será fornecido mensalmente o valor de suas vendas, a base de cálculo para o pagamento das comissões e do repouso semanal remunerado.

§ 1º - Assegura-se aos comissionistas a garantia mínima de R\$ 1.452,00(mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), a partir de 1º de Junho de 2018, quando suas comissões não ultrapassarem no mês o valor da garantia mínima salarial aplicável.

§ 2º - Para os empregados que recebem salário misto, composto de fixo mais comissões, a soma das duas modalidades não poderá ser inferior ao piso salarial de R\$ 1.452,00(mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), ficando, portanto permitido o pagamento de valor fixo inferior ao referido piso salarial desde que este fique garantido através da soma do fixo mais as comissões.

§ 3º - As comissões para efeitos de cálculo de férias, 13º salário, inclusive proporcionais, indenização por tempo de serviço e aviso prévio indenizado, serão atualizadas com base no INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, do I.B.G.E., ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 4º - Para o cálculo do 13º salário, adotar-se-á a média corrigida das comissões pagas no ano, a contar de Janeiro; no caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização, e aviso prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos 12 (doze) meses anteriores ao mês da rescisão, e no caso de férias integrais, será considerada a média das comissões corrigidas nos 12 (doze) meses anteriores ao período de gozo.

§ 5º - GESTANTES COMMISSIONISTAS: Para pagamento dos salários correspondentes a licença maternidade, a remuneração a ser observada corresponderá à média das comissões dos últimos 12 (doze) meses, corrigidos segundo o mecanismo descrito no § 3º desta cláusula.

§ 6º - É vedada a inclusão da parcela salarial correspondente ao repouso semanal remunerado (Lei nº 605/49) nos percentuais de comissão; o cálculo do valor do repouso semanal remunerado será feito mediante a divisão total da comissão percebida no mês pelo número de dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se o resultado pelo número de domingos e feriados do mês correspondente.

§ 7º - O empregado comissionista, dê de que siga as normas da empresa receberá o pagamento das comissões sobre o total das vendas efetivamente realizadas, ficando isento de qualquer responsabilidade pelo inadimplemento, não podendo perder as comissões ou ser efetuado o estorno das mesmas.

§ 8º - Em caso de demissão ou pedido de demissão do empregado com salário variável ou misto, todas suas comissões referentes a vendas ou produção, será quitada junto com as demais verbas rescisórias, mesmo em caso da empresa não ter recebido do cliente.

§ 9º - O empregado remunerado à base de comissão ou salário misto, as faltas justificadas ou horas compensadas, serão calculadas sobre a parte fixa e as comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído, conforme enunciado 159 do TST.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - CHEQUES DEVOLVIDOS

Os empregados não poderão sofrer descontos de salários em decorrência de cheques sem fundos recebidos em funções de cobrança, caixa ou vendas, desde que comprovadamente tenham cumprido normas da empresa, das quais tenha prévia ciência, expressa em documento por eles assinados.

CLÁUSULA NONA - QUEBRA DE CAIXA

Os empregados que atuarem em funções de caixa, recebendo e pagando valores, terão uma tolerância mensal máxima equivalente a 20% (vinte por cento) do piso salarial para suporte de diferenças apuradas em "quebra de caixa".

Parágrafo único -A conferência de valores de caixa será feita em presença do operador responsável, sendo este impedido ou impossibilitado de acompanhá-la não terá responsabilidade por erros ou diferenças eventualmente apuradas, ressalvada a hipótese de recusa injustificada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS

Os empregadores poderão descontar dos salários dos seus empregados, desde que por eles devida e expressamente autorizados, importâncias correspondentes a seguros, parcela atribuível aos obreiros, relativas a planos de saúde e vale - farmácia.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de, no máximo, de 2 (duas) horas suplementares, que serão pagas com os seguintes acréscimos em relação à hora normal:

I – as primeiras 20 (vinte) horas mensais, com adicional de 65% (sessenta e cinco por cento);
II – as que excederem 20 (vinte e até 40 (quarenta) horas, com adicional de 85% (oitenta e cinco por cento);

III – as que ultrapassarem 40 (quarenta) horas mensais e as realizadas aos domingos, feriados e dias compensados, com adicional de 100% (cem por cento).

§ 1º - Serão consideradas extras as horas dedicadas a balanços, balancetes, reuniões, treinamentos e cursos realizados fora do horário normal de trabalho.

§ 2º - Não serão consideradas extras as horas de trabalho dedicadas a reuniões de CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e a treinamentos e cursos a que o empregado não esteja obrigado a realizar.

§ 3º - Para o cálculo do adicional da hora extra do comissionado será considerado o valor do ganho no mês dividido por 220 (duzentos e vinte) horas.

§ 4º - As horas extras serão computadas no cálculo de repouso semanal remunerado.

§ 5º - O adicional pelo trabalho em horas extras, de empregado remunerado à base de comissão ou salário misto, será calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno - como conceituado em lei - será pago com adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário-hora diurno.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

Ao trabalho insalubre serão aplicados os adicionais de 42%, 22% e 12% nos riscos de grau máximo, médio e mínimo, respectivamente.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REFEIÇÃO GRATUITA

Quando houver prestação de horas extras, depois de excedidos 1:00h (uma hora), o empregador fornecerá lanche ao empregado; havendo impossibilidade ou desinteresse, o empregador reembolsará as despesas do empregado para aquisição de lanche até o valor equivalente a 2% (dois cento) do piso salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALIMENTAÇÃO

A empresa que não dispuser de cantina, refeitório ou convênio para alimentação, destinará local em condições de higiene e capacitado para o preparo e ingestão da alimentação pelos empregados.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO VALE TRANSPORTE

O vale transporte será custeado pelo empregado beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens e, pelo empregador, no que exceder a parcela referida anteriormente, ficando o empregador autorizado a descontar, mensalmente, o valor da dita parcela.

Parágrafo único - Não se aplica o disposto no presente item aos casos que já disponham de condições ou praticas mais amplas ou benéficas aos trabalhadores.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO DOENÇA E AUXILIO MATERNIDADE

As empresas complementarão o valor do salário líquido no período de afastamento por doença, acidente de trabalho ou auxilio maternidade, compreendido entre o 16º (décimo sexto) e o 90º (nonagésimo) dia, em valor equivalente a diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário líquido que perceberia caso estivesse trabalhando, respeitando sempre, para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição Previdenciária.

Parágrafo único – Os empregados afastados por doença, acidente de trabalho ou Licença Maternidade que não contar com o período aquisitivo a empresa pagará ao empregado o valor de seu salário líquido durante o período de 16º (décimo sexto) e o 90º (nonagésimo) dia.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO AUXILIO FUNERAL

As empresas pagarão a título de auxilio funeral, a família de funcionário em caso de óbito do mesmo, seja por morte natural ou acidental, o valor de 2,5 (dois e meio) pisos de referenciais da categoria.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO CRECHE

Os estabelecimentos que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, propiciarão ou manterão convênios com creches para guarda e assistência de seus filhos no período de amamentação, de acordo com o parágrafo 1º do inciso IV, do Artigo 389 da C.L.T., ou reembolsarão o valor pago pela empregada.

Seguro de Vida

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGUROS

As partes convenientes recomendam os empresários e os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo a prestigiarem os planos de saúde e Seguros de Vida em Grupo.

§ 1º - O valor pago pela empresa, a título de Plano de Saúde, ou Seguro de Vida em Grupo, não tem caráter salarial, não integrando a remuneração do empregado para nenhum efeito legal.

§ 2º - A importância despendida com o plano de saúde é dedutível do imposto de renda, na forma da legislação aplicável, tanto da pessoa jurídica quanto da pessoa física.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA DE TRABALHO

As Carteiras de Trabalho serão anotadas e devolvidas aos empregados, mediante recibo, até 48 (quarenta e oito) horas após sua admissão ao emprego, e nela serão registradas sua função, remuneração, repouso semanal e os percentuais de comissão eventualmente pagos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência só será válido se celebrado com expressa menção de data de início datilografada e com a assinatura do empregado nela aposta, anotado em Carteira de Trabalho, com a entrega de cópia de igual teor ao empregado, sob recibo

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO DE CONTRATO

Fica estabelecida a obrigatoriedade do empregador pagar as verbas rescisórias e dar baixa na Carteira de Trabalho e Previdência Social no prazo de lei, sob pena de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor das verbas rescisórias devidas ao empregado. A incidência desta multa afasta a aplicação daquela prevista para mesma hipótese no § 8º do Artigo 477 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FUNDO DE GARANTIA

No ato da homologação ou de quitação de haveres rescisórios a empresa deverá fornecer ao empregado o extrato da conta do fundo de garantia, constando à situação dos depósitos e rendimentos, inclusive o trimestre imediatamente anterior ao rompimento do vínculo, salvo motivo de força maior do agente financeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FUNDAMENTO DA DESPEDIDA

Na despedida por justa causa o empregador deverá declinar por escrito, o motivo justificado do ato de rescisão do contrato de trabalho.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado será de 30 (trinta) dias acrescidos proporcionalmente de 3 (três) dias a cada 12 meses de serviços prestados a empresa, até o limite de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º - O cumprimento pelo empregado do aviso prévio, será limitado a 30 (trinta) dias de serviço, devendo o período remanescente ser indenizado.

§ 2º - O empregado que no curso do cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, comprovar ter obtido novo emprego, poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no período, devendo dita liberação ser manifestada por escrito e com a assistência da Entidade Sindical Obreira. É vedado ao empregador determinar cumprir o aviso prévio em casa, exigindo-se em tal hipótese, que proceda a indenização do respectivo período.

Mão-de-Obra Jovem

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ADMISSÃO DE MENORES

Os menores serão admitidos sempre com vínculo de emprego e com submissão às disposições mínimas de proteção da Convenção Coletiva de Trabalho, ainda que sua contratação se faça mediante convênio da empresa com organismos ou entidades assistenciais, com observância ao disposto na Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, sendo que o valor a ser utilizado para o cálculo do salário hora terá por base o piso normativo da categoria.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS E 13º SÁLARIO PROPORCIONAIS

Rescindindo o contrato por pedido de demissão ou dispensa sem justa causa, serão devidas ao empregado férias e 13º salário proporcionais à razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração de tempo igual ou superior a 14 (quatorze) dias.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GESTANTES

A empregada gestante terá estabilidade no emprego desde o início da gravidez até 90 (noventa) dias após o término da licença previdenciária.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - SERVIÇO MILITAR

Fica assegurado ao empregado convocado para prestação do serviço militar, estabilidade no emprego, desde a convocação até 90 (noventa) dias após a baixa ou desincorporação.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO AO APOSENTADO

Será assegurado o emprego, nos doze meses que antecederem o implemento do tempo necessário à aposentadoria, ao empregado que tiver, no mínimo cinco anos de serviço à empresa ressalvando-se a ocorrência de justa causa. Esta garantia se aplica aos casos de aposentadoria por idade (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher) e por tempo de serviço (35 anos para o homem e 30 anos para a mulher).

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ASSENTOS

Haverá assentos para os empregados nos locais de trabalho, que possam ser utilizados nas pausas verificadas na atividade laboral e nos intervalos de atendimentos de clientes.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO EM DOMINGOS

Fica facultada a utilização do trabalho dos empregados VENDEDORES em um domingo por mês.

§ 1º - Horário de Trabalho: O trabalho nos domingos acordados será no horário das 09:00 (nove) às 17:00 (Dezessete) horas, com a garantia de 01:00 (uma) hora de intervalo para refeição e descanso.

§ 2º - Remuneração e Compensação das Horas Trabalhadas: As horas trabalhadas nos domingos previstos no “caput” desta cláusula poderão ser remuneradas como extraordinárias acrescidas do adicional de 100%, sem prejuízo quanto ao recebimento das comissões auferidas nesses dias e ao recebimento dos DSR normais no mês ou compensadas até 15 dias após a laboração do trabalho.

§ 3º - Garantia de Comissão: Fica garantido aos empregados para o trabalho desenvolvido especificamente em feirões a remuneração mínima pelo domingo trabalhado de 1/30 (um trinta avos) da média comissional, utilizando-se para base de cálculo a média das comissões auferidas nos últimos 03 (três) meses.

§ 4º - Alimentação: As empresas se comprometem a fornecer aos empregados que prestarem serviços nos domingos vale refeição equivalente a 2,% (dois por cento) do piso salarial ou alimentação de qualidade no valor correspondente.

§ 5º - Transporte: Aos empregados que trabalharem nos domingos as empresas se comprometem a fornecer gratuitamente os vales-transportes para ida/volta ao trabalho, ambos sem nenhum ônus para o trabalhador.

§ 6º - Domingos/Mês: Na aplicação desta cláusula (caput) as empresas deverão observar que nenhum empregado poderá trabalhar mais de 1(hum) domingos em cada mês.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO

Fica possibilitada a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho para a compensação de horas extraordinárias, a qual dependerá da realização de assembleia profissional específica, com a participação do SINDECON, para tal finalidade, oportunidade em que serão fixados os critérios para a compensação.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE FREQUÊNCIA AO TRABALHO

As empresas utilizarão obrigatoriamente controles de frequência.

Parágrafo único: Ficam excluídos do controle de frequência ao trabalho, os vendedores externos em razão da atividade exercida ser incompatível com fixação de horário, conforme estabelecido no artigo 62, I da CLT. Para cumprimento da presente cláusula é necessário que dita condição seja anotada em CTPS, ficha funcional, bem como, contrato de trabalho ou aditivo a este.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO ABONO DE FALTA DO PAI OU MAE

Fica assegurado pelo empregador o abono de falta, correspondente, do empregado para acompanhar filho, de até 14 anos de idade, ou esposa, grávida, ao médico, devendo uma e outra circunstância ser comprovada com atestado médico.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS AO VESTIBULANDO

Aos empregados estudantes que prestarem vestibular, desde que comprovem a prestação de exames na cidade em que trabalhem ou residem, é assegurado o abono do dia de trabalho.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ESTUDANTES

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho aos empregados estudantes que comprovem a situação de regularidade escolar e que manifestem o desinteresse pela citada prorrogação.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CARNAVAL

Na 2ª feira de Carnaval, não haverá expediente nas empresas abrangidas pelo presente Convenção e essa folga não poderá ser compensada, tornando-se benefício para os empregados, ficando ainda, resguardado como feriado, a terça-feira de carnaval.

Parágrafo único. Em caso de realização de trabalho na segunda-feira e terça-feira de carnaval, as horas serão remuneradas com adicional de 100%.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA LANCHE

Os intervalos de quinze minutos para lanches serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE FÉRIAS

As férias serão remuneradas com adicional de 1/3 (um terço) sobre o valor do salário, independentemente de serem proporcionais, integrais, indenizadas de forma simples ou em dobro. O empregado poderá se quiser converter em dinheiro 1/3 (um terço) do período das férias que irá gozar.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

A vestimenta (Uniformes) considerada essencial à atividade laboral do empregado ou padronizada pela empresa, será por ela fornecida, sem qualquer custo ou cobrança, direta ou indireta.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Serão aceitos para justificação de ausências ao trabalho os atestados médicos ou odontológicos dos profissionais da Previdência Social, da Entidade Sindical dos Empregados, da empresa ou organização por ela contratada.

Párrafo único - Para efeito desta cláusula, o atestado deve ser entregue ao empregador em até 48 horas após sua emissão pelos profissionais antes indicados

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão a disposição dos empregados Caixa de Primeiros Socorros para pequenas necessidades dos mesmos.

Parágrafo único - Nas Empresas que utilizarem mão de obra feminina, as enfermarias ou caixa de primeiros socorros deverão conter absorventes higiênicos para ocorrência de emergências.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os dirigentes do Sindicato Obreiro conveniente serão liberados do trabalho por até 15 (quinze) dias sucessivos ou alternados por ano, no prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, sem prejuízos de seus salários.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO SINDICAL - SINCODIV/PR

As empresas submetidas ao cumprimento da presente CCT aderindo à representação da entidade signetária da mesma - Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná - SINCODIV/PR, deverão recolher à entidade da categoria econômica as contribuições aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia

05/03/2018, consistente na forma de Contribuição de Custeio Sindical (CCS), e cujo o valor será calculado através da incidência das faixas da tabela publicada pela FENACODIV sobre o capital social da empresa, com 50% de desconto.

§ primeiro - A forma e as condições para o recolhimento serão aquelas definidas na AGE e constante na Ata que instituiu e regulamentou as contribuições.

§ segundo - O pagamento da Contribuição de Custeio Sindical (CCS) será em 3 parcelas e o vencimento a contar a partir da assinatura no termo de Adesão que deve ser assinado pelo presidente da Concessionária.

§ terceiro - Caso aja atraso nos pagamentos da contribuição será aplicada a correção monetária e multa de 10% sobre o valor a ser adimplido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADOS

As empresas deverão descontar e recolher em favor do Sindicato Obreiro conveniente, a Contribuição Confederativa prevista no artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal, desde que estabelecida em Assembleia Geral do Sindicato interessado, com a notificação expressa a empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TAXA NEGOCIAL

Deverão os empregadores descontar, de todos os integrantes da categoria profissional, abrangidos por este instrumento normativo, em favor do Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas da Região Oeste do Paraná - SINDECON, o percentual de 5 (cinco por cento), em duas parcelas iguais, sendo cada uma de 2,5% (dois virgula cinco por cento), sendo que a primeira a ser descontada dos salários do mês de dezembro de 2018, e a segunda a ser descontada dos salários do mês de janeiro de 2019 sendo repassadas ao Sindicato Obreiro até o dia 7 (sete) dos meses subsequente aos descontos, conforme aprovado em assembleia geral.

§ 1º - Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador arcará com o ônus, acrescido da multa estabelecida no Artigo 600 da CLT.

§ 2º - Deverá ainda proceder-se ao desconto da Taxa Negocial dos novos empregados admitidos após a data-base (junho) com o prazo de 30(trinta) dias para o recolhimento, desde que não tenha recolhido no emprego anterior.

§ 3º - Fica assegurado aos empregados o direito de oposição do desconto da referida taxa, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado, diretamente no Sindicato ou ao empregador, até o 10º (decimo) dia após registro da Convenção Coletiva de Trabalho, em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, salvo em se tratando de empregado analfabeto, quando poderá opor-se pessoalmente na sede do Sindicato ou perante o empregador, através de termo redigido por outrem, o qual deve constar sua firma atestada por duas testemunhas devidamente identificadas. Se a oposição for apresentada perante o Sindicato será fornecido o recibo de entrega, o qual deverá ser encaminhado ao empregador para que não seja efetuado o desconto.

§ 4º - Caso o empregado encaminhe a oposição diretamente ao empregador, o empregador deverá apresentar rol com cópias das oposições no mesmo prazo do parágrafo anterior.

§ 5º - É vedado aos empregadores ou aos seus prepostos, assim considerados os gerentes e os integrantes do departamento pessoal e financeiro, a adoção de quaisquer procedimentos visando a induzir os empregados em proceder oposição ao desconto, lhes sendo igualmente

vedado a elaboração de modelos de documento de oposição para serem copiados pelos empregados.

§ 6º - O empregador ou seus prepostos que descumprirem a determinação do parágrafo quinto poderão ser responsabilizados, ficando sujeitos a sanções administrativas e civis, cabíveis, respondendo o empregador por multa correspondente ao maior piso salarial da categoria por infringência, a qual reverterá em favor da entidade sindical dos empregados.

§ 7º - O desconto da Taxa Negocial se faz no estrito interesse das entidades sindicais subscritoras e se destina a financiar os seus serviços sindicais, voltados para a assistência ao membro da respectiva categoria e para as negociações coletivas.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As empresas destinarão local visível e de acesso permanente a seus empregados para, em seus estabelecimentos, serem divulgados avisos e comunicações da Entidade Sindical dos Empregados, porém, não será permitida a afixação de matéria de natureza político - partidária ou que contenham ataques a quem quer que seja.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - RENEGOCIAÇÃO

Na hipótese de alterações na legislação salarial em vigor, ou alteração substancial de condições de trabalho, as partes se reunirão para examinar seus efeitos, para adoção de medidas que julgarem necessárias com relação às cláusulas 03 e 04, em caso de insucesso nas negociações a entidade sindical prejudicada poderá pedir a mediação do Ministerio Publico do Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - EMPRESAS CONCORDATÁRIAS, FALIDAS

As empresas concordatárias e a massa falida que continuar a operar e as empresas que comprovarem dificuldades econômicas poderão, previamente, negociar com a Entidade Sindical dos Empregados condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONFLITO LOCALISADO

Em caso de conflito localizado, poderão os mesmos serem discutidos entre empresa e Sindicato Obreiro.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - APLICAÇÃO

A Convenção Coletiva de Trabalho se aplica a todos os empregados em empresas concessionárias e distribuidoras de veículos na base territorial do SINDECON, incluídos os que trabalhem em oficinas de reparação e assistência técnica dos produtos comercializados pelas empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato patronal signatário e excluídos os trabalhadores integrantes de categorias diferenciadas.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - PENALIDADE

Incidirá multa de valor equivalente ao do piso salarial no caso de descumprimento das obrigações da Convenção Coletiva de Trabalho.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - RENOVAÇÃO DA CCT

Para renegociação deverá o Sindicato Obreiro enviar a pauta de reivindicações para renovação da CCT em vigor até o mês de maio de 2019.

JOSE DAVID RHODEN

Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE VEICULOS,
MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS NO ESTADO DO PARANA - SINDECON**

MARCOS DA SILVA RAMOS

Presidente

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICU

**ANEXOS
ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.